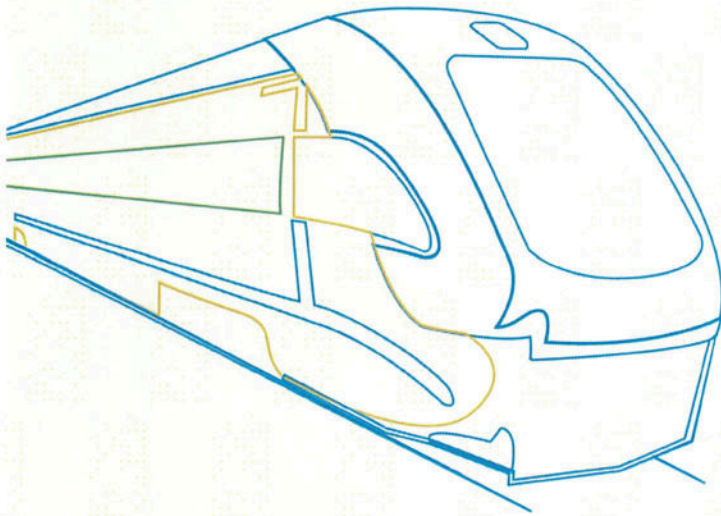


TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



CBTU
Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Administração Central

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

TERMO DE REFERÊNCIA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PREGÃO - MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviço de consultoria técnica especializada em implantação da prática do gerenciamento de riscos e controles internos na estrutura organizacional da CBTU, bem como para prestação de serviços de assessoria necessários à contratação de ferramenta de suporte tecnológico, visando fortalecer as práticas de governança e estabelecer estrutura integrada de apoio à gestão estratégica da Companhia.

PROTOCOLO Nº 3955/2022



Sumário

| | |
|--|----|
| 1. OBJETO | 3 |
| 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO | 3 |
| 3. ESCOPO DOS SERVIÇOS | 4 |
| 4. DAS ESPECIFICIDADES E PRODUTOS ESPERADOS | 5 |
| 5. REQUISITOS E REFERÊNCIAS PARA PROJETO | 18 |
| 6. DA HABILITAÇÃO | 19 |
| 7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS | 22 |
| 8. PREÇOS | 22 |
| 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO | 22 |
| 10. DA ENTREGA DO OBJETO | 23 |
| 11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO | 24 |
| 12. ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS | 24 |
| 13. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO | 24 |
| 14. PRAZO DE EXECUÇÃO | 25 |
| 15. LOCAL DE EXECUÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS | 25 |
| 16. REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO | 26 |
| 17. GARANTIA | 26 |
| 18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA | 26 |
| 19. OBRIGAÇÕES DA CBTU | 28 |
| 20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO | 29 |
| 21. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO | 30 |
| 22. REAJUSTE | 30 |
| 23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS | 31 |
| 24. DA RESCISÃO | 33 |
| 25. DISPOSIÇÕES GERAIS | 33 |
| ANEXO I – INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO | 35 |
| ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO | 38 |
| ANEXO III – AVALIAÇÃO DE REAÇÃO DE TREINAMENTO | 39 |



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de consultoria técnica especializada em implantação da prática do gerenciamento de riscos e controles internos na estrutura organizacional da CBTU, bem como para prestação de serviços de assessoria necessários à contratação de ferramenta de suporte tecnológico, visando fortalecer as práticas de governança e estabelecer estrutura integrada de apoio à gestão estratégica da Companhia.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação do tipo PREGÃO – MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta: empreitada por preço global.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O elemento basilar da *accountability* pública é, dentre outras interpretações, o dever que tem entidades às quais se tenha confiado a gestão de recursos públicos de assumir responsabilidades pela realização de objetivos no fornecimento de serviços de interesse público, e de prestar contas à sociedade e a quem lhes delegou essas responsabilidades sobre o desempenho, os resultados obtidos e o uso apropriado dos recursos.

2.2. Assim, impera sobre a CBTU, enquanto prestadora de serviço público de transporte, a obrigação de demonstrar que administrou ou controlou os recursos mediante estratégias que permitiriam segurança razoável ao alcance desses objetivos nos moldes delineados pela seguinte legislação que, em rol não taxativo, regulamenta as estruturas e práticas de gestão de risco e atividades de controle interno pela Administração Indireta, a saber: (i) Instrução Normativa (IN) Conjunta Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e CGU nº 1/2016, de 10 de maio de 2016; (ii) Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; (iii) Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e (iv) Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

2.3. Para cumprir tais obrigações, tanto a gestão estratégica (Alta Administração), como a gestão tática e operacional da Companhia devem promover ações da governança, de forma integrada, para buscar entregar o melhor valor para os usuários de seus serviços.

2.4. Nestes moldes, visando garantir a plena implementação da Política de Riscos da CBTU e a conformidade com o arcabouço legal acima descrito, buscar-se-á, com a contratação de empresa qualificada, alocação de pessoal técnico especializado, em busca de viabilizar a operacionalização de todas as etapas e responsabilidades exigidas, além do atendimento de toda a legislação regulamentadora vigente e maior integração entre as diversas áreas da Companhia.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

2.5. Isto porque, apesar de definido como objetivo estratégico na perspectiva de Processos Internos, as iniciativas de aperfeiçoamento da gestão de riscos corporativos e os controles internos associados sofreram grande impacto com o desligamento de profissionais no Plano de Desligamento Voluntário (PDV), ocorrido na CBTU, entre 2018 e 2019.

2.6. Outrossim, o cenário de déficit de profissionais empregados no avançar do tema fora agravado pelo cenário de pandemia Covid-19 iniciado em abril de 2020. Nestes moldes, a disponibilidade de quantitativo técnico qualificado para a realização do escopo de trabalho necessário, em prazo razoável, torna-se insuficiente para a adequada implementação da Política de Riscos da CBTU em conformidade com o arcabouço legal ao qual a Companhia encontra-se submetida, motivo pelo qual se faz imprescindível a contratação de equipe externa especializada.

2.7. Ademais, a consultoria tem como objetivo a análise, elaboração e implementação de atividades de controle e demais ações necessárias ao atendimento das recomendações da CGU, no sentido de eliminar as fragilidades no sistema de controle interno da CBTU, no que se refere à Avaliação de Risco e Monitoramento.

2.8. E, em oportuno ao diagnóstico do contexto atual, estudo e análise metodológica para adequação da estrutura de gerenciamento, buscar-se-á identificar ferramenta de suporte tecnológica, que melhor apoie a implementação de todas as ações previstas no planejamento, a fim de assegurar infraestrutura adequada e eficiente de gestão integrada de riscos e controles internos da Companhia.

2.9. Em suma, a presente contratação se justifica, não só para atendimento aos ditames legais, mas também porque a adoção do conjunto de práticas e processos de gestão de riscos e controles internos trará benefícios direto à prevenção de danos ao erário, à imagem e à reputação da Companhia, na medida em que permite maior transparência aos negócios, auxilia na minimização dos impactos de riscos e perdas financeiras, agrega aos processos e permite fortalecer a gestão, aperfeiçoando as práticas de governança corporativa.

2.10. Por fim, e de igual forma, a melhora nos controles internos disponibilizará à gestão informações mais precisas, tempestivas e de relevância, propiciando um cenário de respostas mais contundentes aos desafios que venham a surgir, além de auxiliar nas melhores decisões para o aprimoramento do serviço de transporte público prestado à sociedade, fortalecendo ainda mais a função social da Companhia.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1. Para atendimento do objetivo e execução do objeto, a fim de assegurar à CBTU a estrutura necessária ao mapeamento de riscos de negócio e seu monitoramento contínuo, o escopo da solução foi dividido em 3 (três) fases distintas, a considerar: estruturação, implantação e acompanhamento.



3.2. Tendo em vista a complexa estrutura da Companhia e todos os estágios e responsabilidades exigidas à implementação da gestão de riscos e controles internos, e no intuito de estabelecer prioridades à solução de serviços e obter uma visão geral corporativa do ambiente de riscos e processos, a descrição da solução de serviço foi dividida em 12 (doze) etapas:

| Solução de Serviço: Gerenciamento de Riscos e Controles Internos | | |
|--|--------|--|
| Fase | Etapas | Especificação |
| FASE I | 1 | Planejamento |
| | 2 | Estabelecimento do contexto |
| | 3 | Análise estratégica de riscos |
| | 4 | Identificação dos processos prioritários e documentação preliminar |
| | 5 | Sistematização da gestão de riscos e controles internos |
| | 6 | Plano de comunicação e reporte |
| | 7 | Capacitação |
| | 8 | Proposta de ferramenta informatizada |
| FASE II | 9 | Identificação e avaliação dos riscos relevantes e controles existentes |
| | 10 | Etapas de resposta e definição de controles |
| | 11 | Monitoramento de riscos e controles |
| FASE III | 12 | Acompanhamento da implantação e reporte de riscos |

Figura 1 - Solução de Serviço

4. DAS ESPECIFICIDADES E PRODUTOS ESPERADOS

Abaixo descrevemos a especificação de cada serviço esperado por etapa de trabalho e, em seguida, apresentamos um quadro-resumo dos principais produtos de cada fase.

4.1. FASE I - ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Esta fase contemplará os principais componentes e procedimentos da infraestrutura de gestão de riscos e controles internos a ser adotada pela CBTU, levando em consideração a visão geral corporativa dos principais aspectos de gestão e riscos envolvidos nas operações, áreas/processos de negócio e características da CBTU.



4.1.1. Planejamento (Etapa 1)

Na etapa de planejamento das atividades, deverá ser realizada reunião inicial de alinhamento (kickoff), presencial ou por videoconferência, para ser apresentado o detalhamento dos passos que serão executados pela consultoria, sua forma de trabalho, apresentação da metodologia de gestão, cronograma, definição da equipe, plano de comunicação, modelos de documentação e de status report do projeto. As principais entregas desta etapa são:

- i. Plano geral de trabalho contendo todas as ações que serão desenvolvidas, bem como a especificação dos serviços a serem realizados em cada etapa do trabalho, em relação ao escopo, tamanho, método, prazo e local de execução;
- ii. O cronograma executivo do plano de trabalho em MS Project, com alocação dos profissionais responsáveis;
- iii. Definição de papéis e atribuição de responsabilidades (matriz RACI).

Após o entendimento dos documentos de planejamento do projeto e validadas as estimativas pela CBTU e pela CONTRATADA, esses deverão ser aprovados pelo Comitê Executivo do Projeto indicado pela CBTU e servirão de base para validação das entregas de serviço e pagamentos mensais do presente instrumento.

4.1.2. Estabelecimento do contexto (Etapa 2)

Esta etapa tem como propósito o entendimento da Companhia e seu contexto para definição de uma estrutura de gestão de riscos e controles adequada. Para identificar e documentar, de maneira estruturada, as informações relevantes aos negócios das unidades da CBTU, devem ser considerados:

- i. Estrutura organizacional e acionária;
- ii. Normas e políticas institucionais;
- iii. Cadeia de valor e principais processos de negócio;
- iv. Macro objetivos e estratégias de negócio¹;
- v. Localidades de atuação e infraestrutura do serviço;
- vi. Indicadores da qualidade da operação;
- vii. Dados orçamentários e financeiros relevantes;
- viii. Relatórios anuais;
- ix. Resultados de trabalhos de auditorias, interna e externa, e órgãos reguladores;
- x. Tecnologias existentes;
- xi. Principais clientes e fornecedores;
- xii. Risco de mercado global, considerando o setor de atuação da Companhia.

¹ O planejamento estratégico da Companhia está desatualizado e em fase de revisão interna com conclusão prevista para segundo semestre de 2023.



4.1.3. Análise de riscos estratégicos (Etapa 3)

Nesta etapa será capturada a percepção dos executivos e especialistas das unidades da CBTU quanto aos riscos² da Companhia e os elementos da sua Cadeia de Valor. Para sua execução, devem ser consideradas as seguintes atividades:

- I. Preparar roteiro de entrevista como ferramenta específica para coleta de informações, considerando os processos e as categorias de risco pertinentes à área do executivo ou especialista a ser avaliado, além de perguntas aplicáveis a toda a Companhia, a fim de identificar os principais aspectos de gestão e riscos envolvidos nas operações, áreas/processos de negócio e características da Companhia, considerando o resumo dos aspectos relevantes aos negócios das unidades da CBTU, realizada na etapa anterior;
- II. Realizar entrevistas com os principais executivos e especialistas da CBTU (ao mínimo 36 entrevistas³) por área/ negócio de atuação;
- III. Preparar questionários a serem enviados a profissionais específicos, com o propósito de levantamento de informações complementares às entrevistas;
- IV. Submeter questionários a profissionais específicos da CBTU, que poderão ser indicados pelo Comitê Executivo do Projeto ou órgão responsável pela gestão de riscos na CBTU;
- V. Compilar e classificar as percepções de macro riscos da Alta Administração e pessoal-chave da CBTU, bem emitir parecer comparativo entre as percepções de riscos mapeadas e os riscos de mercado levantados na segunda etapa.

As entrevistas com a Alta Administração e alguns executivos (Superintendentes, Chefe de Gabinete da Presidência e Adjuntos) deverão ser realizadas pelo profissional com maior experiência da empresa licitante responsável pelo trabalho.

Será permitido que a condução dessas entrevistas aos demais executivos e especialistas sejam realizadas por profissionais especializados no tema pertinente à área do avaliado, desde que aprovado pela CBTU.

4.1.4. Identificação dos processos prioritários e documentação preliminar (Etapa 4)

Esta etapa busca fornecer subsídios preliminares ao mapeamento dos riscos específicos. As atividades propostas são:

² A classificação dos riscos deve considerar todas as tipologias de classificação de riscos definida na [Política de Gestão de Riscos](#) da CBTU, além de risco de fraude, corrupção e segurança da informação.

³ Devem ser realizadas um total de entrevistas necessárias à consecução do propósito desta etapa.



- i. Entender o modelo de processos de negócio atualizado⁴;
- ii. Revisar a metodologia de classificação de priorização de processos, considerando a proposta de gestão de riscos, seu impacto e relevância;
- iii. Classificar e identificar os processos prioritários, no âmbito CBTU, considerando os riscos de negócio identificados;
- iv. Documentar a Cadeia de Valor da CBTU;
- v. Documentar dicionário de riscos para a CBTU com as categorias e fatores de riscos e seus respectivos descritivos.

4.1.5. Sistematização da gestão de riscos e controles internos (Etapa 5)

Estruturação de conteúdo abrangendo o detalhamento dos principais componentes e procedimentos da infraestrutura de gestão de riscos e controles internos a ser adotada pela CBTU, levando em consideração sua estrutura atual, seus procedimentos de gestão, sua política institucional de riscos, o modelo de reporte da governança e demais informações pertinentes. Nesta etapa está contido:

- i. Elaborar desenho organizacional da área de riscos e controles internos, seu mapeamento e descrição de processos/atividades/tarefas, além de indicar a estruturação da equipe com descrição do perfil profissiográfico de cada membro (gestor, analistas, técnicos, etc.) e sugestão de programas de requalificação periódica;
- ii. Revisar o manual de organização, referente ao atual órgão responsável pela gestão de riscos e controles internos na CBTU;
- iii. Propor revisão da [Política de Gestão de Riscos](#), incluindo diretrizes de controles internos, apontando de conceitos e demais componentes da infraestrutura a ser adotada pela CBTU;
- iv. Elaborar ou reformular o regimento interno dos Comitês, Nacional e Regionais, de Governança, Riscos e Controles Internos, bem como rever a descrição da missão, visão, propósito e autoridade, membros/organização, definições de periodicidade de reuniões, responsabilidades e deveres, dentre outras proposições de estrutura que se fizerem necessárias;
- v. Definir procedimentos para integração das novas diretrizes de Gestão de Riscos e Controles Internos com o Estatuto Social, a estrutura de governança corporativa da Companhia (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitês de TIC, dentre outros) e as atividades de Auditoria Interna, no que couber;

⁴ Os processos da CBTU estão em fase de mapeamento, em trabalho prévio a esta contratação, tendo sido registrado, até janeiro de 2023, o percentual de 72,77% de todos os macroprocessos da Companhia. Informamos que nem todos os mapeamentos estão em formato de diagrama, e que a previsão para a conclusão deste trabalho é no mês de junho de 2023.



- vi. Elaborar Manual do Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos, contendo metodologia e ferramentas necessários à rotina da área, instruções de trabalho e procedimentos operacionais que permitam o desenvolvimento do modelo de gestão proposto à CBTU após o término contrato;
- vii. Estruturar modelo de definição de apetite a riscos;
- viii. Realizar 10 (dez) workshops presenciais de Gestão de Riscos e Controles Internos para aculturação inicial da organização e difusão da metodologia a ser utilizada na empresa.

Os subitens “ii” ao “vii” devem ser aprovados internamente, conforme processo estruturado de aprovação formal existente.

4.1.6. Plano de comunicação e reporte (Etapa 6)

Definição do modelo de comunicação e relatório de reporte para a estrutura organizacional, tendo como premissa a implantação de processos contínuos e iterativos que permitem fornecer, compartilhar ou obter informações, além de envolver a CBTU no diálogo com as partes interessadas sobre os controles internos, a situação geral de riscos e as medidas tomadas pela Companhia. Para esta etapa, devem ser consideradas as seguintes atividades:

- i. Propor modelos / protocolos de comunicação da estrutura de gestão e dos Comitês, Nacional e Regionais, de Governança, de Riscos e Controles Internos, bem como unificar conceitos e linguagem a serem utilizados na CBTU;
- ii. Elaborar modelos de relatório de reporte necessário em cada linha hierárquica (incluindo o proprietário do risco / controle interno) e proposta de periodicidade, além de modelos de reporte para os relatórios anuais de administração e de gestão;
- iii. Desenvolver campanhas de conscientização e materiais de referência (cartilhas, manuais, planilhas) acerca do gerenciamento de riscos e controles internos implantado na CBTU.

4.1.7. Capacitação (Etapa 7)

Capacitação dos empregados envolvidos com a implementação de gerenciamento de riscos e controles internos, considerando as seguintes atividades:

- i. Apresentar o modelo de governança corporativa adotado pela CBTU e suas definições;
- ii. Demonstrar os benefícios para a organização com a utilização da Gestão de Riscos e Controles Internos;
- iii. Apresentar os conceitos básicos dos termos e definições da gestão de riscos e controles internos;
- iv. Apresentar escopo, princípios, estrutura, metodologia indicada pelo COSO II;



- v. Apresentar as técnicas, ferramentas, e metodologia utilizadas na identificação, avaliação e análise dos riscos, incluindo: categorização, origem dos eventos (interna ou externo), consequência;
- vi. Demonstrar procedimentos para entrevistas com os gestores dos processos para entendimento dos objetivos, sequência de atividades, fluxo de informações, sistemas envolvidos e documentação disponível (exemplos: políticas, manuais de procedimentos, descritivos de produtos);
- vii. Capacitar sobre identificação e classificação dos eventos (riscos) que podem contribuir negativamente para que os objetivos do processo sejam atingidos;
- viii. Capacitar sobre mapeamento dos controles existentes (manuais e automáticos) que visam minimizar a ocorrência destes eventos, e classificação segundo o modelo COSO II (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*);
- ix. Abordar comparação da estrutura de controles atual com a desejada e com as melhores práticas de mercado;
- x. Capacitar sobre a elaboração de Planos de Ação para alinhamento da estrutura de controles às estratégias definidas;
- xi. Abordar avaliação qualitativa do nível de exposição aos riscos (impacto x vulnerabilidade⁵) em conjunto com os gestores do processo;
- xii. Capacitar sobre a definição dos indicadores de riscos (*Key Risk Indicators - KRI*) a serem utilizados para monitorização contínua do grau de exposição aos riscos e eficácia dos controles existentes no processo analisado;
- xiii. Instruir sobre procedimentos para validação dos produtos gerados em conjunto com os gestores do processo;
- xiv. Abordar sobre forma e periodicidade para a apresentação dos resultados;
- xv. Instruir sobre os benefícios do projeto para a Alta Administração e aos serviços de transporte público prestado à sociedade.

A capacitação aqui descrita visa à transferência de conhecimento, com conteúdo prático para capacitar os empregados indicados a gerir e suportar a solução ofertada.

A carga horária mínima é de 20 horas/aula, a ser realizada para um total de 50 (cinquenta) empregados, distribuídos em 02 turmas presenciais, em local a ser disponibilizado pela CBTU.

A CONTRATADA deverá disponibilizar material específico prévio à capacitação, por meio eletrônico, com permissão para reprodução interna, de forma ilimitada.

A qualidade do treinamento será avaliada pelos participantes no último dia de sua realização, por meio de formulário de avaliação conforme o Anexo VI – Avaliação de Reação de Treinamento.

⁵ ou conforme metodologia proposta.



Se 51% ou mais dos participantes da CBTU avaliar a capacitação de uma maneira geral (item 5 do formulário) como REGULAR e INSUFICIENTE, a CONTRATADA deverá realizar um treinamento complementar sem custo para a CBTU.

4.1.8. Proposta de ferramenta informatizada (Etapa 8)

A CONTRATADA deverá identificar e propor ao menos quatro ferramentas de suporte tecnológico (software) para gestão de riscos e controles internos da CBTU, que suporte a metodologia proposta para todas as fases e etapas de trabalho requisitados neste termo de referência proposto pela CBTU e que permita ou atenda, ao mínimo, aos seguintes requisitos:

- i. Conformidade com as melhores práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, como a norma ABNT NBR ISO 31000, COSO *Framework* 2013, COSO ERM 2017 e suas atualizações;
- ii. Cadastro dos riscos e fatores de riscos (causas), inclusive de eventos de riscos operacionais;
- iii. Classificação dos riscos, sua vinculação a categorias, processos, fatores de riscos e aos riscos;
- iv. Análise quantitativa (incluindo base de perda) e qualitativa;
- v. Matriz de riscos e cadastro das macro causas;
- vi. Definição de probabilidades, significâncias e prioridades;
- vii. Painel de controle dos riscos evidenciados;
- viii. Definição e monitoramento de limites críticos;
- ix. Registro de controles internos, automático e manual, e suas deficiências;
- x. Inclusão da categoria e periodicidade dos controles, sua associação aos processos, fatores de riscos e riscos;
- xi. Acompanhamento do andamento de avaliações e consulta às partes envolvidas;
- xii. Gráficos e relatórios de apoio à tomada de decisões;
- xiii. Cadastro e acompanhamento de planos de ação e recomendações;
- xiv. Controle de ações e avaliação dos controles;
- xv. Cadastro de responsáveis e registro de observações e anexação de arquivos;
- xvi. Parametrização de comunicado automático, em conformidade com uma matriz RACI, por evento, aviso e/ou alertas, através de e-mail ou em tela do sistema, direcionado a perfil, usuário ou grupos, incluindo mensagens de realização de implementações e dados cadastrados;
- xvii. Controle de acesso com segregação (restrição de módulos e telas) auditáveis;
- xviii. Atualização automática conforme alteração de estrutura organizacional;
- xix. Servidor acessível aos usuários através de interface web e responsivo a uso de dispositivos móveis;
- xx. Aderência à diretriz tecnológica da CBTU;
- xxi. *Software* em português.



A proposta deverá ser submetida à aprovação da CBTU, para validação das funcionalidades descritas em apresentação, e deverá conter um quadro-resumo das principais informações e funcionalidades de cada software, comparativamente. Não é garantida a contratação de solução indicada pela CONTRATANTE, sendo possível que a CBTU, diante das soluções propostas e metodologia a ser aplicada, aprove outra solução.

No caso de aprovação de solução paga para contratação do software, a CONTRATADA deve prestar assessoria e apoio na confecção do termo de referência, nos termos do RILC, disponível em https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf, incluindo a fase de planejamento, pesquisa de preço, prova de conceito e análise de aderência à metodologia proposta. Nesta etapa deve-se levar em consideração que a CBTU é empresa pública, e dependente do Tesouro Nacional.

4.1.9. Produtos da FASE I - ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em resumo, os principais produtos desta fase são:

| Item | Etapas | Especificação | Resumo dos Produtos da FASE I |
|--------|--------|-------------------------------|---|
| 4.1.1. | 1 | Planejamento | 1) Plano de trabalho com cronograma executivo detalhado no MS Project. |
| 4.1.2. | 2 | Estabelecimento do contexto | 2) Relatório resumo dos aspectos relevantes aos negócios da CBTU e suas unidades. |
| 4.1.3. | 3 | Análise estratégica de riscos | 3) Roteiros de entrevista e questionários contendo a estruturação dos tópicos a serem abordados como guia para a captura da percepção dos executivos e especialistas aos riscos das unidades da CBTU; 4) Atas de reunião com os executivos, especialistas e questionários preenchidos por profissionais específicos da CBTU contendo a percepção de todos os envolvidos; 5) Classificação dos macro riscos e relatório comparativo entre as percepções de riscos mapeadas e os riscos de mercado levantados na segunda etapa. |



| Item | Etapa | Especificação | Resumo dos Produtos da FASE I |
|--------|-------|--|--|
| 4.1.4. | 4 | Identificação dos processos prioritários e documentação preliminar | 6) Metodologia de classificação dos processos prioritários revisada; 7) Classificação e identificação dos processos prioritários, no âmbito CBTU, considerando os riscos de negócio identificados; 8) Cadeia de Valor da CBTU; 9) Dicionário de Riscos com a classificação dos grupos de riscos de negócio aplicáveis para todas as unidades da CBTU, e seus respectivos descritivos. |
| 4.1.5. | 5 | Sistematização da gestão de riscos e controles internos | 10) Desenho Organizacional da área de riscos e controles internos documentado (modelo de processos, suas descrições e perfil profissiográfico da equipe indicada); 11) Revisão do manual de organização, referente ao atual órgão responsável pela gestão de riscos e controles internos na CBTU; 12) Revisão da Política de Gestão de Riscos; 13) Regimento interno dos Comitês, Nacional e Regionais, de Riscos e Controles Internos; 14) Procedimentos de integração das novas diretrizes de Gestão de Riscos e Controles Internos com o Estatuto Social, a estrutura de governança corporativa da Companhia e as atividades de Auditoria Interna, aprovados; 15) Modelo de apetite a riscos estruturado; 16) Manual do Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos; 17) Realização de dez workshops de gestão de riscos e controles internos e do plano de comunicação. |
| 4.1.6. | 6 | Plano de comunicação e reporte | 18) Plano e produtos de comunicação unificado do processo de gestão de riscos e controles internos para estrutura de gestão e para os Comitês, Nacional e Regionais, de Riscos e Controles Internos; 19) Modelo de estrutura de relatório de reporte de riscos, controles internos e de apetite a riscos, incluindo proposta de periodicidade necessária. |
| 4.1.7. | 7 | Capacitação | 20) Plano de Treinamento, material prévio e relação nominal dos participantes. |
| 4.1.8. | 8 | Proposta de ferramenta informatizada | 21) Relatório com proposta de implantação de software, contendo as funcionalidades e modelos de relatórios adequados à metodologia e processos de gestão de riscos e controles internos propostos à CBTU, e termo de referência confeccionado. |

Figura 2 - Resumo dos Produtos da FASE I

4.2. FASE II – IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E CONTROLES

Esta fase compreende o mapeamento, tratamento e monitoramento dos riscos específicos da Companhia, devendo ser desenvolvida de forma específica em cada unidade da CBTU.



4.2.1. Identificação e avaliação dos riscos relevantes e controles existentes (Etapa 9)

Esta etapa tem como propósito a identificação, avaliação e mensuração dos riscos específicos e controles existentes dos processos de negócio, por unidades da CBTU, considerando as seguintes atividades:

- i. Identificar os riscos específicos dos processos, considerando os macro riscos, aspectos de negócio, gestão, infraestrutura e tecnologia, com foco no aprimoramento do serviço de transporte público prestado à sociedade;
- ii. Identificar as causas, origem, efeitos e consequências dos riscos específicos identificados;
- iii. Classificar os riscos específicos, por grupo ou categoria, descritos no Dicionário de Riscos;
- iv. Realizar análise de impacto, através de avaliação qualitativa e/ou quantitativa dos riscos específicos;
- v. Documentar e avaliar a estrutura de controles existentes (manuais e automatizados), associando-a aos riscos específicos identificados;
- vi. Identificar os riscos de negócio mais relevantes para a CBTU, bem como apresentar um mapa de riscos, com a avaliação de impacto e vulnerabilidade⁶ dos riscos de negócios das unidades;
- vii. Realizar testes dos controles executados⁷, com base no mapa de riscos relevantes, a fim de identificar pontos de não conformidade;
- viii. Avaliar a situação atual dos controles em relação aos aspectos relevantes de governança corporativa, considerando as melhores práticas de ERM (*Enterprise Risk Management*) e controles (*gap analysis*);
- ix. Classificar e conceder pesos aos controles para apresentação dos resultados da situação atual dos riscos;
- x. Validar os critérios utilizados e resultados obtidos na avaliação dos riscos de negócio e dos controles internos com os Comitês, Regionais e Nacional, de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos ou órgão interno a ser deliberado, conforme processo estruturado de aprovação formal existente.

4.2.2. Etapa de resposta e definição de controles (Etapa 10)

O objetivo dessa etapa é definir planos de ação e controles em respostas aos riscos específicos dos processos de negócio. Para esta etapa está previsto:

- i. Definir estratégias para gerenciamento dos riscos identificados, conforme tratamento de resposta a ser adotada (evitar, transferir, reduzir ou aceitar),

⁶ ou conforme metodologia proposta.

⁷ Não é necessário testar os controles que não estão sendo executados ou não existentes.



- levando em consideração o impacto, a vulnerabilidade⁸, a tolerância da Alta Administração e o custo-benefício;
- ii. Definir os controles necessários para minimizar os riscos específicos identificados;
 - iii. Elaborar plano de ação, em conjunto com o gestor do processo, contendo, além da recomendação, proposta de cronograma ou data-limite para implementação, a área responsável pelo plano, bem como a periodicidade com que será realizada o seu acompanhamento;
 - iv. Auxiliar na priorização dos planos relacionados aos riscos mais críticos, levando em consideração a alocação eficiente dos recursos e a análise da relação entre a relevância da deficiência encontrada e a facilidade de implementação;
 - v. Validar os critérios utilizados e resultados obtidos na priorização do plano de ação do tratamento dos riscos da CBTU junto ao Comitê Nacional de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos ou ao órgão interno a ser deliberado, conforme processo estruturado de aprovação formal existente.

Todos os subitens da etapa 10 devem ser cadastrados no Sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos adotado pela CBTU. Caso a metodologia proposta contenha informações que extrapolem as funcionalidades do software, a CONTRATADA deve repassar essas informações em planilhas ou em formato que seja mais compatível com conteúdo, previamente acordado pela CBTU⁹.

4.2.3. Monitoramento de riscos e controles (Etapa 11)

Nesta etapa deverão ser desenhados os mecanismos de monitoramento de riscos e controles, os indicadores de risco (Key Risk Indicator – KRI) e definidos os níveis de tolerância para os riscos priorizados, contemplando:

- i. Definir os indicadores e controles a serem utilizados para monitoramentos dos riscos prioritários;
- ii. Mapear a origem dos dados utilizados para geração dos relatórios de riscos e controles e identificar os gaps de dados necessários;
- iii. Construir as métricas de análise de resultados e reporte (ex.: limites de tolerância, periodicidade de análise);
- iv. Definir as responsabilidades pela geração, reporte e tomada de decisão, quando os KRIs atingirem os limites de cada nível de tolerância e demais controles apontarem inconformidades;

⁸ ou conforme metodologia proposta.

⁹ Este serviço deverá ocorrer dentro do prazo de execução do projeto descrito neste Termo de Referência.



- v. Auxiliar na inserção dos KRIs e demais controles de monitoramento dos riscos prioritários no Sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos¹⁰;
- vi. Auxiliar na definição de como utilizar a ferramenta escolhida pela Companhia para captura (automática ou manual) e apresentação de informações (painel de gestão de monitoramento, também denominado, painel de bordo ou painel de controle);
- vii. Elaborar manual com os passos para modelagem de indicadores de riscos e identificação da necessidade de revisão.

4.2.4. Produtos da FASE II – IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E CONTROLES

Em resumo, os principais produtos desta fase são:

| Item | Etapa | Especificação | Resumo dos Produtos da FASE II |
|--------|-------|--|--|
| 4.2.1. | 9 | Identificação e avaliação dos riscos relevantes e controles existentes | 1) Identificação dos riscos específicos, por unidade; |
| 4.2.1. | 9 | Identificação e avaliação dos riscos relevantes e controles existentes | 2) Mapa de Riscos relevantes da CBTU, com a avaliação de impacto e vulnerabilidade ¹¹ ; 3) Sumários da situação dos controles, sua classificação e peso; 4) Análise da estrutura de controles internos relacionados à Governança Corporativa da CBTU. |
| 4.2.2. | 10 | Etapa de resposta e definição de controles | 5) Estratégias de gestão de riscos aprovada; 6) Matriz de controles definidos; 7) Planos de ação priorizado e validado por órgão interno competente; 8) Cronograma de implementação e periodicidade de acompanhamento validados. |
| 4.2.3. | 11 | Monitoramento de riscos e controles | 9) Matriz de KRIs definidos; 10) Definição de métricas de análise de resultados e reporte; 11) Definição de papéis e atribuição de responsabilidades no modelo de monitoramento proposto; 12) Modelo de monitoramento de riscos e controles (painel de gestão de monitoramento); 13) Manual de modelagem de indicadores. |

Figura 3 - Resumo dos Produtos da FASE II

¹⁰ Este serviço deverá ocorrer dentro do prazo de execução do projeto descrito neste Termo de Referência.

¹¹ ou conforme metodologia proposta.



4.3. FASE III – ACOMPANHAMENTO E SUPORTE

A fase de acompanhamento e suporte terá como objetivo avaliar a efetividade do processo de gestão de riscos e dos controles internos, por meio de atividades gerenciais contínuas. Também buscará concretizar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado, tornando efetivas as ações de prevenção, detecção e remediação de riscos por meio de eventos e campanhas de conscientização e aculturação.

4.3.1. Acompanhamento da implantação e reporte (Etapa 12)

O acompanhamento da implantação contemplará a análise dos resultados produzidos por meio de relatórios específicos de reporte e deverá ser assistido por campanhas e eventos que promovam, além da conscientização das novas práticas, o estabelecimento de uma forte cultura de gestão de riscos e controles, com métricas implementadas e acompanhadas pela Alta Administração. Esta etapa contempla as seguintes atividades:

- i. Analisar os resultados do modelo de monitoramento de riscos, por meio dos resultados dos indicadores e controles produzidos, para revisão do plano proposto, considerando as perdas materializadas;
- ii. Elaborar relatórios específicos, com o objetivo de acompanhar o andamento das atividades, bem como ocorrências relevantes: relatório de gestão de riscos, relatórios pontuais com eventos de risco relevantes, resumo das principais deficiências de controle, resumo do status dos planos de ação associado às áreas responsáveis; relatório de monitoramento de atividades pendentes; dentre outros que forem definidos na etapa 6;
- iii. Participar de duas reuniões do Comitê, Regionais e Nacional, respectivamente, de forma remota e presencial, de Governança, Riscos e Controles Internos¹²;
- iv. Realizar eventos e campanhas de conscientização e nova vivência, voltadas à nova cultura de gestão de riscos e controles, em todas as unidades da CBTU;
- v. Apoiar a implementação do modelo proposto, apontando os ajustes necessários por meio do relatório, que deverá descrever, detalhadamente, as atividades realizadas, ações implementadas e a análise do acompanhamento da implementação, identificando dificuldades na viabilização, deficiências remanescentes e apontando sugestões de melhorias, correções e/ou adaptações à realidade da CBTU.

A execução dos serviços especificados na etapa 12 deverão ocorrer a partir do 13º (décimo terceiro) mês do projeto e deverão ser mantidos pelo período de seis meses.

¹² As duas participações nos Comitês Regionais, por unidade, devem ocorrer de forma remota, e as duas participações no Comitê Nacional devem ocorrer de forma presencial.



4.3.2. Produtos da Fase III – Acompanhamento e Suporte

Em resumo, os principais produtos desta fase são:

| Item | Etapa | Especificação | Resumo dos Produtos da FASE III |
|--------|-------|---|---|
| 4.3.2. | 12 | Acompanhamento da implantação e reporte de riscos | 1) Relatório analítico dos resultados dos indicadores de riscos, controles e perdas materializadas; 2) Relatório específicos de monitoramento; 3) Participação em duas reuniões do Comitê, Regionais e Nacional, de Governança, Riscos e Controles Internos; 4) Eventos e campanhas de conscientização e nova vivência, voltada à nova cultura de gestão de riscos e controles, em todas as unidades da CBTU; 5) Relatório executivo final do processo de implementação de gestão de riscos e controles internos na CBTU. |

Figura 4 - Resumo dos Produtos da FASE III

5. REQUISITOS E REFERÊNCIAS PARA PROJETO

5.1. Para a realização dos trabalhos e atividades relacionadas a esta contratação, a empresa CONTRATADA deverá observar os seguintes preceitos legais e normativos:

- a) Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) – dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) Decreto Federal nº 8.945/2016 – regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.
- d) Decreto nº 8.945/2016 (Capítulo II, Seção II, art. 15-16).
- e) Lei nº 12.846/2013 - Anticorrupção.
- f) Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- g) Legislação, Normativos e Documentos Complementares relacionados a Gestão de Riscos e Controles Internos na Administração Pública.

5.2. Para a realização dos trabalhos e atividades relacionadas a esta contratação, sugerimos como referência à CONTRATADA as seguintes ferramentas e metodologias:

- a) COSO Framework 2013 (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) – Internal Control – Integrated Framework.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- b) COSO ERM 2017 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management*).
- c) Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos – Diretrizes.
- d) FMEA (Failure Mode and Effect Analysis – Análise do Tipo e Efeito de Falha)
- e) Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, 2015.
- f) Resoluções CGPAR/ME nº 33/2022, nº 34/2022 e nº 41/2022.
- g) Modelo das Três Linhas do IIA 2020 – uma atualização das Três Linhas de Defesa (*Institute of Internal Auditors*).
- h) Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, 2015.

5.3. As informações relevantes para dimensionamento serão disponibilizadas no Anexo I.

6. DA HABILITAÇÃO

As propostas deverão ser apresentadas por consultorias, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, nacionais ou multinacionais, que possuam em seus quadros consultores habilitados para o desenvolvimento dos trabalhos descritos no item 4 deste Termo de Referência.

6.1. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

6.1.1. A empresa licitante deverá comprovar a realização de trabalhos similares, que atendam ou superem o objeto licitado, mediante a apresentação de atestado(s), emitido(s) pelo contratante titular (pessoa jurídica de direito público ou privado, com porte similar ou maior que o da CBTU - médio ou grande porte¹³), comprovando a execução de serviços de consultoria especializada em gestão de riscos por período não inferior a 5 (cinco) anos.

6.1.1.1. Admite-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório de atestados de serviços que tenham sido executados simultaneamente.

6.1.1.2. Não serão admitidos atestados de capacidade técnica de serviço em execução.

6.1.1.3. Entende-se por trabalhos similares contratos de prestação de serviços, particularmente no que se refere à implementação de gestão de risco, ou seja,

¹³ Conforme classificação do [BNDES](#).



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

estabelecimento de metodologia para identificação, classificação e priorização dos riscos, estruturação de modelo de apetite a riscos, elaboração de protocolos de comunicação, relatório de reporte e definição de procedimentos necessários à integração das diretrizes de gestão de riscos à estrutura de governança corporativa.

6.1.2. A empresa licitante deverá comprovar experiência no desenvolvimento de serviços de consultoria especializada em gestão de riscos em:

- i. COSO ERM 2017 – Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada;
- ii. ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos;
- iii. Aplicação da gestão de riscos em órgãos públicos.

6.1.3. O(s) atestado(s) apresentados deverá(ão) conter, expressamente, no mínimo:

- i. Razão Social da empresa contratante dos serviços, sendo aceitos atestados em nome da matriz ou de filiais no Brasil;
- ii. Especificação dos serviços prestados;
- iii. Caracterização do bom desempenho da licitante;
- iv. Local e data de início e término da realização dos serviços;
- v. Assinatura e identificação do emitente (nome legível, cargo e telefone).

6.1.4. A CBTU se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

6.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE

6.2.1. A empresa licitante deverá disponibilizar equipe técnica multidisciplinar¹⁴, composta por no mínimo 2 (dois) profissionais, os quais deverão estar presentes em todas as fases de prestação dos serviços deste objeto (Fases I, II e III), sendo designados para exercer a função de Gerente do Projeto e Líder de Campo, com as seguintes qualificações mínimas:

6.2.1.1. Gerente de Projeto (Coordenador geral) com certificação ISO 31000 e experiência profissional comprovada na execução de projetos similares, conforme descrito no item 6.1.1.3 de, ao menos 2 anos, além de experiência em COSO e em função equivalente.

¹⁴ Os profissionais que irão compor a equipe de trabalho deverão possuir, obrigatoriamente, nível superior, preferencialmente em Economia, Administração, Finanças, Contabilidade, Matemática, Estatística, Ciências Atuariais, Ciências da Computação, Direito e Engenharia de Transportes e Ambiental.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

6.2.1.2. Líder de Campo (Consultor Sênior), com experiência profissional comprovada na execução de projetos similares, conforme descrito no item 6.1.1.3 de, ao menos 5 anos, e experiência em COSO e ISO 31000.

6.2.2. Deverão ser apresentados os currículos de todos os membros da equipe técnica responsável pela execução do projeto, bem como a comprovação individual de experiência exigida no item 6.2.1.1 e 6.2.1.2.

6.2.2.1. O(s) comprovante(s) deverá(ão) conter, além da Razão Social do atestante e especificação dos serviços prestados, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma da qual a CBTU possa valer-se, para manter contato com a empresa declarante.

6.2.3. Os profissionais que serão responsáveis pelos serviços objeto deste Termo de Referência poderão ser diretor, sócio ou fazer parte do quadro permanente da empresa licitante, na condição de empregado ou contratado, devendo comprovar seu vínculo e função exercidos na empresa, por meio de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviços ou Ficha de Registro de Empregado, quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente.

6.2.4. A CBTU se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

6.2.5. A comprovação efetiva do vínculo e disponibilidade da equipe técnica deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato, sob pena de declínio do direito de contratação.

6.2.6. Caso, durante a execução contratual, não seja possível contar com os serviços daquele(s) profissional(is) indicados para realização do objeto, a CONTRATADA deverá providenciar imediata substituição, admitindo-se apenas a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, e desde que aprovada pela CBTU.

6.3. REQUISITOS LEGAIS DA CONTRATAÇÃO

As certidões abaixo deverão ser apresentadas como requisito de habilitação e mantidas válidas durante toda a vigência do contrato:

- i. Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal e à Seguridade Social (CONJUNTA);
- ii. Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF);
- iii. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- iv. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;



- v. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- vi. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU.

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

A empresa licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício - DRE do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem que a empresa possui Patrimônio Líquido positivo, apresentados juntamente com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Será exigido à empresa licitante certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão à conta dos recursos previstos em dotação orçamentária própria, no Plano Interno – PI a ser definido sob a rubrica orçamentária “Serviços de Terceiros – Consultoria”.

8. PREÇOS

8.1. O valor estimado para a execução dos SERVIÇOS será sigiloso, observadas as condições previstas no Art. 34, da Lei nº 13.303/2016.

8.2. O custo estimado foi obtido através de pesquisa de mercado contemplando cotações.

8.3. O preço global dos serviços deve conter todos os custos, tais como: impostos, taxas, encargos sociais e fiscais, mão de obra, deslocamento, hospedagem e alimentação dos técnicos em serviço, despesas administrativas, seguros, lucro, bem como outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da contratação objeto deste Termo, não cabendo a CBTU quaisquer custos adicionais.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Os valores serão pagos por serviço entregue, de acordo com os itens enumerados de 1 a 12, presentes no cronograma físico-financeiro do Anexo II, após a aceitação e mediante a apresentação da fatura correspondente aos serviços efetivamente executados no período.

9.2. A fatura relativa aos serviços prestados deverá ser apresentada ao gestor da contratação, até o quinto dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para



fins de conferência e atesto da execução dos serviços, devendo ser elaboradas conforme procedimentos internos fornecidos pela CBTU¹⁵.

9.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento, no Protocolo Geral da Administração Central da CBTU, da fatura devidamente certificada pela Fiscalização através do Termo de Aceite, acompanhadas de relatório circunstanciado dos serviços executados, observadas as condições de preços propostos pela CONTRATADA e aceitos pela CBTU.

9.4. Ocorrendo erro na fatura, a mesma será devolvida à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que a contagem do prazo de pagamento será interrompida e reiniciada após a entrega da fatura com as correções efetuadas.

9.5. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações, exigências e nos prazos limites estabelecidos neste instrumento e acordados entre a CONTRATADA e a CBTU, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

9.6. A CBTU reserva-se o direito de recusar o pagamento em caso de descumprimento das condições de habilitação e se no ato da atestação os serviços executados não estiverem em perfeitas condições de desempenho ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

9.7. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto.

10. DA ENTREGA DO OBJETO

10.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e exigências estabelecidas neste instrumento, nos prazos previstos no cronograma do Anexo II, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

10.2. Os serviços devem ser entregues em versão física e versão digital sendo necessário ser formalmente validados e aprovados por pessoa credenciada pela CBTU.

10.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até o prazo de 48 horas, antes do término do prazo de execução, e aceitos pela CBTU, não serão considerados como inadimplemento contratual.

¹⁵ Os documentos de cobrança deverão ser encaminhados e entregues no Protocolo Geral da Administração Central da CBTU, obrigatoriamente, através do Formulário PROPAG (Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança), devidamente preenchido, de acordo com as instruções para preenchimento, acompanhado de documentação que comprove a regularidade com o FGTS, INSS, CNDT, Dívida ativa e tributos federais da Receita Federal.



11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O recebimento do serviço será PROVISÓRIO, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, devendo ser feito por fiscal da CBTU.

11.2. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do serviço recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído em conformidade com as especificações, com as especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

11.3. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem.

11.4. A CONTRATADA terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para providenciar a reparação da inconsistência do serviço, a partir da comunicação oficial feita pela CBTU, sem qualquer custo adicional.

11.5. Caso a CONTRATADA não cumpra o item anterior, incorrerá atraso na execução do objeto, sujeito à aplicação das sanções previstas no Instrumento Convocatório, no Contrato e neste Termo de Referência.

11.6. Após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, o recebimento do serviço será DEFINITIVO, sendo expedido Termo de Aceite, assinado pelos empregados designados para gerir e fiscalizar esta contratação.

12. ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento do serviço será PROVISÓRIO, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CBTU.

12.2. Ficam estabelecidas reuniões semanais de acompanhamento do andamento do projeto. Nesta ocasião, a CONTRATADA deverá apresentar os relatórios da situação do projeto, atividades que foram executadas, pendências, ações corretivas e planejamento revisado e atualizado das atividades restantes do projeto.

12.3. A CONTRATADA deverá entregar ao final de cada etapa todos os produtos e documentação do projeto para a equipe da CBTU.

13. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.1. O prazo para entrega dos serviços e os percentuais a serem pagos após as entregas e validações segue o cronograma físico-financeiro que se encontra no Anexo II.

14.PRAZO DE EXECUÇÃO

- 14.1. A vigência do contrato será de **18 (dezoito) meses**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite máximo estabelecido no art. 71, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
- 14.2. A Ordem de Serviço – OS será emitida em até 30 dias corridos após a data de assinatura do contrato.
- 14.3. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da CBTU.

15.LOCAL DE EXECUÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS

- 15.1. Os serviços de consultoria objeto deste Termo de Referência serão executados de forma híbrida, ou seja, via ferramenta de acesso remoto por videoconferência e nas dependências da CBTU, que possui 5 Unidades Administrativas e Operacionais, nos respectivos endereços:

| UNIDADE | ENDEREÇO |
|--|---|
| Administração Central - Brasília | Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco B Edifício CNC – 9º ao 13º andar Brasília - DF CEP 70.041-902 |
| Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa | Praça Napoleão Laureano, 1 Varadouro, João Pessoa - PB CEP 58010-540 |
| Superintendência de Trens Urbanos de Maceió | Rua Barão de Anadia, 121 Centro, Maceió - AL CEP 57020-630 |
| Superintendência de Trens Urbanos de Natal | Praça Augusto Severo, 302 Ribeira, Natal - RN CEP 59012-380 |
| Superintendência de Trens Urbanos de Recife. | Rua José Natário, 478 Areias, Recife - PE CEP 50900-000 |

Figura 5 - Lista de endereços das unidades da CBTU

- 15.2. O endereço de entregas eletrônica será: geris@cbtu.gov.br



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

16. REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

16.1. O regime de execução a ser adotado nesta contratação é o de empreitada por preço global e o critério de julgamento é menor preço.

17. GARANTIA

17.1. A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia de Execução, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado do Contrato, quando da assinatura do mesmo e de acordo com a Minuta do Contrato.

17.2. A Garantia de Execução deverá ser fornecida pela CONTRATADA, sob uma das seguintes formas:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro Garantia; ou
- c) Carta de Fiança Bancária.

17.3. A garantia escolhida pela CONTRATADA deverá ser complementada sempre que houver defasagem em relação ao valor inicial, mantendo-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato atualizado.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e na sua proposta comercial, assumindo exclusivamente como seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, não reduzindo ou excluindo desta responsabilidade a fiscalização por parte da CBTU, devendo, ainda:

18.1.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, a regularidade de toda documentação de habilitação e qualificação, nos termos exigidos neste Termo de Referência e na Lei nº 13.303/2016.

18.1.2. Atender e manter, durante a execução do futuro contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados.

18.1.3. Prestar os serviços por profissionais especializados em cada área.

18.1.4. Executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas no futuro contrato e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado.

18.1.5. Identificar os profissionais que participarem da execução dos serviços.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

18.1.6. Fornecer todos os materiais e serviços próprios à execução dos trabalhos, competindo-lhe, ainda, o fornecimento das demais utilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto contratual.

18.1.7. Encaminhar à CONTRATANTE, em até 02 (dois) dias antes do início dos serviços presenciais, a relação de profissionais, com o número de seus documentos (R.G.), assim como horários e períodos, para que seja analisada e providenciada a autorização de acesso às dependências da CONTRATANTE.

18.1.8. Designar, no mínimo, um Gerente de Projeto (Coordenador geral de atividades afetas ao licitante, coordenação de sua equipe técnica e de interlocução junto a CBTU) e um Líder de Campo (Consultor Sênior), responsável pela coordenação dos trabalhos do futuro contrato que se responsabilizarão integralmente pelos serviços prestados.

18.1.9. Apresentar à gestão do contrato, dentro dos prazos definidos, todos os relatórios eventualmente previstos neste Termo de Referência.

18.1.10. Reunir-se sempre que convocado, com os responsáveis pela fiscalização do futuro contrato, para tratar de assuntos pertinentes a esta contratação.

18.1.11. Prestar os devidos esclarecimentos que forem solicitados pela gestão do contrato.

18.1.12. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou revisão dos trabalhos, alinhadas pela gestão quanto à execução do objeto deste Termo de Referência.

18.1.13. Atender prontamente todas as observações, as reclamações e as exigências feitas pela gestão do contrato, no sentido da boa e fiel execução do objeto do contrato e da melhoria constante dos serviços prestados, permitindo à CBTU todas as facilidades para que esta proceda à fiscalização devida.

18.1.14. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação de multa e demais sanções administrativas.

18.1.15. Responsabilizar-se, integralmente pelo pagamento de todos os tributos e de quaisquer outros encargos federais, estaduais e/ou municipais que incidam ou venham a incidir de forma superveniente sobre o objeto do contrato, inclusive, no que tange aos encargos trabalhistas, previdenciários fiscais, securitários, empresariais e outros afins, inexistindo vínculo de solidariedade e de subsidiariedade com a CBTU.

18.1.16. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros, com base na legislação em vigor, relacionada com os serviços objeto do futuro contrato.

18.1.17. Assumir a responsabilidade e o risco em relação a quaisquer atos seus, de seus empregados, ou de terceiros em consequência de negligência, imperícia, imprudência, omissão ou infração de qualquer espécie ou natureza.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

18.1.18. Além disso, serão de responsabilidade da CONTRATADA, os danos resultantes de acidentes de qualquer natureza com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na execução dos serviços em decorrência destes.

18.1.19. Comunicar à gestão do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

18.1.20. Disponibilizar, eletronicamente à CBTU, o conteúdo de todo o material produzido, com suas apresentações em formato MS PowerPoint, ou similar, e demais arquivos, além de informações obtidas durante os trabalhos.

18.1.21. Emitir certificados da capacitação dos empregados treinados.

18.1.22. Não divulgar quaisquer dados, informações, conhecimentos e resultados decorrentes da execução do objeto deste contrato, mantendo-se sigilo sobre os dados e informações adquiridas na execução dos serviços, sendo expressamente vedado o fornecimento de cópias de relatórios, informações e documentos a terceiros sem prévia autorização da CBTU.

18.1.23. Não utilizar quaisquer informações às quais tenha acesso, em virtude desta contratação, em trabalhos de qualquer natureza, nem as divulgar sem autorização, por escrito, da CBTU.

18.1.24. O compromisso de confidencialidade sobre as informações decorrentes da prestação dos serviços relacionados ao futuro objeto contratual é permanente, e se manterá durante o período de vigência do futuro instrumento contratual, e após o término do mesmo.

19. OBRIGAÇÕES DA CBTU

19.1. A CBTU deverá cumprir fielmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, devendo, ainda:

19.1.1. Proporcionar todos os meios necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas no futuro contrato de prestação de serviços.

19.1.2. Acompanhar, supervisionar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência por intermédio da gestão do contrato devidamente designada pela CBTU, verificando se todas as obrigações foram cumpridas e atestar as notas fiscais/faturas no que concerne aos serviços, assim como solicitar a aplicação de penalidades à CONTRATADA pelo cumprimento irregular ou descumprimento parcial ou total de quaisquer obrigações.

19.1.3. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

19.1.4. Permitir acesso do pessoal da empresa CONTRATADA às dependências da CBTU para a entrega DO OBJETO, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

19.1.5. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e dados necessários à CONTRATADA para a perfeita execução do objeto deste Termo de Referência.

19.1.6. Fornecer em suas instalações administrativas e operacionais, com disponibilidade de ponto de rede, computador e projetor para a realização dos treinamentos presenciais de Gestão de Riscos e Controles Internos.

19.1.7. Analisar e aprovar, em tempo hábil, cronograma e planejamento de execução dos SERVIÇOS apresentados pela CONTRATADA.

19.1.8. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes no contrato e neste termo de referência.

19.1.9. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato.

19.1.10. Comunicar à CONTRATADA, sempre por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados.

19.1.11. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.1.12. Expedir, após vencido o prazo do Contrato, o Termo de Encerramento, que deverá ser assinado por ambas as partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

20.1. A gestão e fiscalização deste Instrumento Contratual será realizada por empregado a ser indicado pela Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais no prazo e termos da Seção III do RILC/CBTU.

20.2. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas na Resolução de Diretoria nº 010/2007, de 19/12/2007 que trata da Execução de Instrumento Contratual, bem como no Art. 230 do RILC/CBTU.

20.3. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

20.4. A omissão da fiscalização, total ou parcial, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.



21. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será permitido consórcio, subcontratação, participação de cooperativas, cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato, ficando a contratada como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o que se justifica:

21.1.1. Pela existência de empresas que isoladamente possuem condições (técnicas e econômico-financeiras) de proverem a execução integral dos objetos pretendidos verificado na etapa de pesquisa de mercado.

21.1.2. Por tratar-se de um projeto complexo, que exigirá suporte e consultoria técnica especializada em todas as suas etapas, fazendo parte da essência do objeto licitado, compondo o serviço principal a ser prestado.

21.1.3. Além disso, pretende-se contratar uma única empresa a fim de se permitir uma compreensão integrada dos processos cognitivos da companhia, criando assim condições favoráveis para efetiva mudança cultural, o que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação: uma gestão com enfoque no gerenciamento de riscos e controles internos.

22. REAJUSTE

22.1. Após transcorridos 12 (doze) meses da assinatura do contrato, será permitido o reajustamento dos preços dos serviços contratados, a partir da proposta comercial ou da data do último reajuste.

22.2. O reajustamento está limitado à variação acumulada em 12 (doze) meses do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, divulgado pelo IBGE, com base na fórmula estipulada pelo Art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I = Índice relativo à data do reajuste;

I₀ = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação.

22.3. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou por qualquer outro motivo não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o índice que venha a ser determinado pela legislação em vigor, ou na ausência desta, por acordo entre as partes, de novo índice oficial, publicado por instituição idônea, que melhor reflita a inflação ocorrida no período.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

22.4. O preço ajustado já inclui todos os custos e despesas e sem se limitar aos mesmos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

22.5. Na falta dos documentos comprobatórios da variação do índice utilizado, a CBTU não considerará os reajustes para fins de pagamento da fatura.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. A CBTU aplicará à CONTRATADA, com fundamento nos artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

23.1.1. Advertência, quando ocorrer:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para a CBTU.
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos aos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária.

23.1.1.1. A sanção denominada “advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, sendo cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração; caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA, após aplicação da advertência, deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

23.1.2. Multa, nos percentuais e condições indicados abaixo:

- a) 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada à incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da CBTU, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- b) 10% (dez por cento) a incidir sobre a parcela inadimplente do serviço, em caso de atraso superior em 50% (cinquenta por cento) do prazo inicial de execução, sem prejuízo da aplicação do subitem anterior.
- c) 5% (cinco por cento) do valor do objeto licitado:
 - i. Em caso de recusa em assinar, aceitar ou retirar este o INSTRUMENTO CONTRATUAL, nos prazos previstos no Edital.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

23.1.2.1. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 23.1.2, será passível de indenização caso haja prejuízos maiores pelo descumprimento contratual conforme artigo 416 da Lei 10.406/2002 (Código Civil).

23.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU, por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme Art. 245 e 246 do RILC/CBTU.

23.1.4. As sanções previstas nos subitens 23.1.1 e 23.1.3, poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.

23.1.5. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual e será executada após regular processo administrativo, conforme disposto nos parágrafos § 1º ao § 3º do Art. 244 do RILC.

23.1.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução, se dia de expediente normal na CBTU, ou, caso contrário, no primeiro dia útil seguinte.

23.1.7. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- a) o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- b) a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

23.1.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o INSTRUMENTO CONTRATUAL deverá ser rescindido, exceto se houver interesse justificado da CBTU em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias.

23.1.9. A CONTRATADA que subcontrate, total ou parcialmente, o objeto contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do INSTRUMENTO CONTRATUAL, bem como realize a sua fusão, cisão ou incorporação, e em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização da CBTU, formalizada por termo aditivo ao contratado, associe-se com outrem, ceda ou transfira, total ou parcialmente, o objeto do INSTRUMENTO CONTRATUAL, sofrerá a rescisão contratual e a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CBTU, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

23.1.10. Na hipótese de recusa injustificada da CONTRATADA em apresentar a garantia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do Contrato, e/ou recompor o valor da garantia no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente notificada, será aplicado multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

23.1.10.1. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- a) Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à CONTRATADA, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;
- b) Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;
- c) Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou
- d) Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

23.1.11. A instauração e instrução de processo administrativo sancionador devem atender aos requisitos descritos nos art. 246 a 251-A do RILC/CBTU.

23.1.12. Em conformidade com o disposto no art. 246, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU, estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CBTU às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados ou licitações realizadas, enquadre-se em um dos incisos do referido artigo.

23.1.13. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do INSTRUMENTO CONTRATUAL, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração, observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

23.2. A CONTRATADA estará sujeita às demais sanções administrativas previstas em lei e/ou estipuladas no contrato, decorrentes de suas condutas comissivas ou omissivas, prejudiciais à CONTRATANTE, adotadas durante a execução contratual.

24. DA RESCISÃO

24.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos art. 239 do RILC/CBTU.

24.2. A rescisão do contrato poderá ocorrer nos termos, motivos e condições do art. 240 a 242 do RILC/CBTU.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Estatuto Jurídico das Empresas Estatais e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia



Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, disponível em:
https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf.

25.2. As demais formalidades inerentes à execução dos serviços contratados deverão estar em conformidade com a minuta do Contrato.

Brasília, 05 de abril de 2023.

PAOLA BRAZ

OLIVEIRA: [REDACTED]

Assinado de forma digital
por PAOLA BRAZ

OLIVEIRA: [REDACTED]

Dados: 2023.04.05

11:29:37 -03'00'

PAOLA BRAZ OLIVEIRA
Gerente Técnica – Gestão de Riscos e Processos

Brasília, abril de 2023.

Considerando a atribuição prevista no art. 74, *caput* e parágrafo único do RILC/**CBTU**,
APROVO, o Termo de Referência supra.

Assinado de forma digital
por EDUARDO OLIVEIRA

COIMBRA: [REDACTED]

Dados: 2023.04.05 13:33:30

-03'00'

EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais



ANEXO I – INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO

A CBTU

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, empresa pública controlada pela União, de capital fechado, foi criada em 22 de fevereiro de 1984, como subsidiária da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, visando promover e prover a mobilidade urbana, com o objetivo de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos no país.

Em 21 de junho de 2018, após Assembleia Geral Extraordinária, a CBTU tornou-se empresa pública. A mudança vem possibilitando mais agilidade na tramitação e deliberação dos processos decisórios internos, e, nesse sentido, foi convertida na entidade que, de fato, reflete sua essência dentro do Estado brasileiro. No último trimestre de 2022 a CBTU transportou 14,5 milhões de passageiros e 194,8 mil passageiros dia útil típico, não considerado a região metropolitana de Belo Horizonte.

A partir do início de 2019, passou a fazer parte do Ministério do Desenvolvimento Regional, cujo desafio é integrar as diversas políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo. Nessa vertente, a CBTU se apresenta como um dos vetores do desenvolvimento regional na medida em que tem a responsabilidade de contribuir para diminuir os problemas gerados pelos congestionamentos, atrasos, poluição sonora e visual, acidentes, emissão de gases de efeito estufa e seus impactos nocivos sobre a saúde da população das cidades e sobre o ambiente.

Desde então, a CBTU ampliou o seu escopo de atuação, passando a suprir a demanda de mobilidade da população, a contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos da sociedade e para a melhoria da qualidade de vida dos grandes centros urbanos.

Tem sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte¹⁶, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, onde revela a sua capacidade em promover a mobilidade e acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem os sistemas de trens urbanos, metrô e Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs).

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos está ciente da sua responsabilidade como protagonista da mobilidade urbana nas regiões metropolitanas em que atua, sendo modal troncal e concatenando ações colaterais para minimizar as externalidades negativas geradas pelos congestionamentos, atrasos, intrusão visual, acidentes, ruídos, emissão de gases de efeito estufa e seus impactos nocivos sobre a saúde da população e sobre o meio ambiente.

¹⁶ Até a data da elaboração deste TR a unidade de Belo Horizonte encontrava-se em processo de desestatização, conforme Decreto nº 9.999, de 3 de setembro de 2019.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Abaixo indicamos os dados referente a estrutura organizacional da CBTU disponíveis no site da Companhia:

| UNIDADE | QUANTITATIVO DE PESSOAL ¹⁷ | ORGANOGRAMA |
|--|---------------------------------------|---|
| Administração Central - Brasília | 398 | https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/organograma/administracao-central |
| Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa | 169 | https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/organograma/joao-pessoa |
| Superintendência de Trens Urbanos de Maceió | 188 | https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/organograma/organograma-maceio |
| Superintendência de Trens Urbanos de Natal | 231 | https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/organograma/natal |
| Superintendência de Trens Urbanos de Recife | 1549 | https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/organograma/organograma-recife |

Figura 6 - Estrutura Organizacional da CBTU

| DEMAIS INFORMAÇÕES | |
|--|---|
| Quantitativo total de pessoal | https://www.cbtu.gov.br/images/relatorios/quantitativofisico_2022_abr.pdf |
| Quantitativo de cargos em comissão e função de confiança | https://www.cbtu.gov.br/images/relatorios/quantitativofisicofuncoesconfianca_2022_abr.pdf |
| Estrutura de Governança | https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/governanca/sistema-de-governanca |

Figura 7- Demais informações da CBTU

RELATÓRIOS ANUAIS

Os relatórios anuais de Gestão e Administração estão disponíveis em: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/desempenho/relatorios-anuais>

¹⁷ Excluído o quantitativo de pessoal cedido ou em mandato sindical.



MACROPROCESSOS E PROCESSOS

Os macroprocessos da Companhia correspondem ao meio pelo qual a CBTU reúne grandes conjuntos de processos e atividades para gerar valor e cumprir a sua missão institucional. Somados correspondem a 24 macroprocessos, conforme ilustrado na Figura 08 abaixo.

| MACROPROCESSOS DA CBTU | | | |
|------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Governança | Relações Institucionais | Planejamento e Estratégia | Compras e Licitações |
| Contratos | Comunicação Institucional | Processos | Auditoria Interna |
| Tecnologia | Jurídico | Orçamento | Receitas Não Operacionais |
| Recursos Humanos | Contabilidade | Financeiro | Serviços de Apoio |
| Operação | Frotas | Manutenção de Ativo | Estoque |
| Patrimônio | Engenharia e Expansão | Projetos | Ambiental |

Figura 8- Macroprocessos

Sua estrutura é composta por em torno de 393 processos de negócio identificados, que atualmente estão em fase de revisão, com prazo previsto para conclusão em junho de 2023.



ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

| Cronograma | | | | | Desembolso | | | |
|------------|---------|--|--|--|---|---|------------------------------|--|
| Fase | Etapa | Especificação | Resumo dos Produtos | Prazo de entrega após assinatura do contrato | Semanas (Prevista) | Referência do item no Resumo dos Produtos (Figura 09) | Percentual de Pagamento | |
| FASE I | 1 | Planejamento | 1) Plano de trabalho com cronograma executivo detalhado no MS Project. | Em até 15 dias corridos. | 2 | 1 da Fase I. | 2,0% | |
| | 2 | Estabelecimento do contexto | 2) Relatório resumo dos aspectos relevantes aos negócios da CBTU e suas unidades. | Até o 1º Mês. | 3 | 2 da Fase I. | 3,0% | |
| | 3 | Análise estratégica de riscos | 3) Roteiros de entrevista e questionários contendo a estruturação dos tópicos a serem abordados como guia para a captura da percepção dos executivos e especialistas aos riscos das unidades da CBTU; 4) Atas de reunião com os executivos, especialistas e questionários preenchidos por profissionais específicos da CBTU contendo a percepção de todos os envolvidos; 5) Classificação dos macro riscos e relatório comparativo entre as percepções de riscos mapeadas e os riscos de mercado levantados na segunda etapa. | Até o 3º Mês. | 8 | 3, 4, 5 da Fase I. | 10,0% | |
| | 4 | Identificação dos processos prioritários e documentação preliminar | 6) Metodologia de classificação dos processos prioritários revisada; 7) Classificação e identificação dos processos prioritários, no âmbito CBTU, considerando os riscos de negócio identificados; 8) Cadeia de Valor da CBTU; 9) Dicionário de Riscos com a classificação dos grupos de riscos de negócio aplicáveis para todas as unidades da CBTU, e seus respectivos descritivos. | Até 3º Mês* *Exceto o item 9 do resumo dos produtos (Figura 09) cujo prazo é até o 15º Mês. | 4 | 6, 7, 8 da Fase I. 9 da Fase I. | 4,0% 1,0% | |
| | 5 | Sistematização da gestão de riscos e controles internos | 10) Desenho Organizacional da área de riscos e controles internos documentado (modelo de processos, suas descrições e perfil profissional da equipe indicada); 11) Revisão do manual de organização, referente ao atual órgão responsável pela gestão de riscos e controles internos na CBTU; 12) Revisão da Política de Gestão de Riscos; 13) Regimento interno dos Comitês, Nacional e Regionais, de Riscos e Controles Internos; 14) Procedimentos de integração das novas diretrizes de Gestão de Riscos e Controles Internos com o Estatuto Social, a estrutura de governança corporativa da Companhia e as atividades de Auditoria Interna, aprovados; 15) Modelo de apetite a riscos estruturado; 16) Manual do Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos; 17) Realização de dez workshops de gestão de riscos e controles internos e do plano de comunicação. | Os itens 10, 11, 12, 13 do resumo dos produtos (Figura 09) até o 4º Mês. Os itens 14, 15, 16 do resumo dos produtos (Figura 09) até o 15º Mês. O item 17 do resumo dos produtos (Figura 09) até o 2º Mês. | 9 | 10, 11, 12, 13 da Fase I. 14, 15, 16 da Fase I. 17 da Fase I. | 4,0% 6,0% 2,0% | |
| | 6 | Plano de comunicação e reporte | 18) Plano e produtos de comunicação unificado do processo de gestão de riscos e controles internos para estrutura de gestão e para os Comitês, Nacional e Regionais, de Riscos e Controles Internos; 19) Modelo de estrutura de relatório de reporte de riscos, controles internos e de apetite a riscos, incluindo proposta de periodicidade necessária. | O item 18 do resumo dos produtos (Figura 09) até o 4º Mês. O item 19 do resumo dos produtos (Figura 09) até o 12º Mês. | 6 | 18 da Fase I. 19 da Fase I. | 3,0% 3,0% | |
| | 7 | Capacitação | 20) Plano de Treinamento, material prévio e relação nominal dos participantes. | A primeira turma até o 3º Mês. A segunda turma no 9º Mês. | 2 | Primeira turma Segunda turma | 2,0% 2,0% | |
| | 8 | Proposta de ferramenta informatizada | 21) Relatório com proposta de implantação de software, contendo as funcionalidades e modelos de relatórios adequados à metodologia e processos de gestão de riscos e controles internos propostos à CBTU, e termo de referência confeccionado. | Em até 40 dias corridos. | 3 | 21 da Fase I. | 4,0% | |
| | FASE II | 9 | Identificação e avaliação dos riscos relevantes e controles existentes | 1) Identificação dos riscos específicos, por unidade; 2) Mapa de Riscos relevantes, com a avaliação de impacto e vulnerabilidade*; 3) Sumários da situação dos controles, sua classificação e peso; 4) Análise da estrutura de controles internos relacionados à Governança Corporativa da CBTU; 5) Estratégias de gestão de riscos aprovada; 6) Matriz de controles definidos; 7) Planos de ação priorizado e validado por órgão interno competente; 8) Cronograma de implementação e periodicidade de acompanhamento validados; 9) Matriz de KRIs definidos; 10) Definição de métricas de análise de resultados e reporte; 11) Definição de papéis e atribuição de responsabilidades no modelo de monitoramento proposto; 12) Modelo de monitoramento de riscos e controles (painel de gestão de monitoramento); 13) Manual de modelagem de indicadores. | AC | Até o 7º Mês. | 10 | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 referente a Fase II na AC. |
| REC | | Até o 9º Mês. | 10 | | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 referente a Fase II em REC. | 12,0% | | |
| NAT | | Até o 11º Mês. | 8 | | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 referente a Fase II em NAT. | 6,0% | | |
| JOP | | Até o 13º Mês. | 8 | | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 referente a Fase II em JOP. | 6,0% | | |
| MAC | | Até o 13º Mês. | 8 | | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 referente a Fase II em MAC. | 6,0% | | |
| CBTU | | Até o 14º Mês. | 4 | | 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 referente a Fase II consolidado CBTU. | 5,0% | | |
| 10 | | Etapa de resposta e definição de controles | | | | | | |
| FASE III | 12 | Acompanhamento da implantação e reporte de riscos | 1) Relatórios de monitoramento do status do processo implementação da gestão de riscos e controles internos na CBTU; 2) Resultados dos controles, indicadores de riscos e perdas materializadas; 3) Revisão do modelo de monitoramento de riscos e controles e seu respectivo painel de gestão; 4) Relatórios específicos de acompanhamento. | Entre o 13º e 18º Mês. | 12 | 1, 2, 3, 4 da Fase III. | 11,0% | |

Figura 9 - Cronograma Físico-financeiro



ANEXO III – AVALIAÇÃO DE REAÇÃO DE TREINAMENTO



Salvar formulário

Limpar formulário

Imprimir formulário

AVALIAÇÃO DE REAÇÃO DE TREINAMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

| | | | |
|-------|---------|---------------|--|
| Nome | | | |
| Curso | | Instrutor | |
| Local | Período | Carga horária | |

2. INSTRUTOR

| | EXCELENTE | BOM | REGULAR | INSUFICIENTE |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Domínio do assunto. Demonstra conhecimento técnico sobre o assunto. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Interação com o grupo. Interage com o grupo de maneira atenciosa e acessível aos questionamentos. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Didática. Transmite o assunto clara e objetivamente, assegurando o entendimento de todos. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

| | EXCELENTE | BOM | REGULAR | INSUFICIENTE |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Objetivo. Desenvolvimento dos temas de acordo com a proposta inicial. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Metodologia. Adequação entre conceitos e técnicas utilizadas – dinâmicas, exercícios e materiais, apresentação e vídeos. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Aplicabilidade. Possibilidade de utilização do conteúdo aplicado no trabalho. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

4. DURAÇÃO

| | EXCESSIVA | ADEQUADA | INSUFICIENTE |
|---------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Carga horária | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

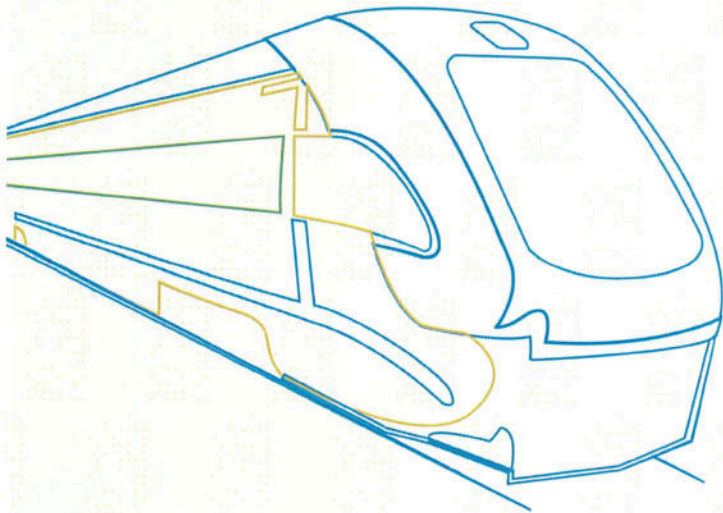
5. AVALIAÇÃO GLOBAL

| | EXCELENTE | BOM | REGULAR | INSUFICIENTE |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Avalie o treinamento de uma maneira geral | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

6. CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS

| | SIM | NÃO |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Teria condições de repassar o conhecimento adquirido neste curso? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Este assunto necessita de aprofundamento? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Em caso afirmativo, especifique: | | |

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

PROPOSTA

À

Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

| | |
|--|--|
| Proposta nº 01/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01-2023/GALIC/AC/CBTU | Data: 25/05/2023 |
| Razão Social: Módulo Security Solutions – Em Recuperação Judicial | |
| CNPJ: 28.712.123/0001-74 | Inscrição Estadual: 77.084.860 Inscrição Municipal: 3052965 |
| E-mail: atendimento@modulo.com | Telefone (21) 2123-4600 |
| Endereço: Rua Quinze de Novembro nº 106, Centro, Niterói/RJ – CEP 24.020-125 | |
| Representante legal: Carlos Alberto Gonçalves Affonso | |

Prezados Senhores,

Apresentamos, em atendimento ao e-mail encaminhado, proposta para a prestação de serviço de consultoria especializada em gestão de riscos e controles internos, na forma do escopo previsto.

| PROPOSTA FINANCEIRA | | | |
|---------------------|--------|--|-------------|
| Fase | Etapas | Especificação | Valor (R\$) |
| FASE I | 1 | Planejamento | 23.740,00 |
| | 2 | Estabelecimento do contexto | 35.610,00 |
| | 3 | Análise estratégica de riscos | 118.700,00 |
| | 4 | Identificação dos processos prioritários e documentação preliminar | 59.350,00 |
| | 5 | Sistematização da gestão de riscos e controles internos | 142.440,00 |
| | 6 | Plano de comunicação e reporte | 71.220,00 |
| | 7 | Capacitação | 47.480,00 |
| | 8 | Proposta de ferramenta informatizada | 47.480,00 |
| FASE II | 9 | Identificação e avaliação dos riscos relevantes e controles existentes | 510.410,00 |
| | 10 | Etapas de resposta e definição de controles | |
| | 11 | Monitoramento de riscos e controles | |
| FASE III | 12 | Acompanhamento da implantação e reporte de riscos | 130.570,00 |

Valor Total da Proposta: R\$ 1.187.000,00 (Um milhão, cento e oitenta e sete mil reais).

Nos preços indicados estão inclusos todos os custos dos serviços, tais como: impostos, taxas, encargos sociais e fiscais, mão de obra, deslocamento, hospedagem e alimentação dos profissionais em serviço, despesas administrativas, seguros, lucro, bem como outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da contratação pretendida, não cabendo à CBTU quaisquer custos adicionais.



www.modulo.com.br
atendimento@modulo.com.br
whatsapp: (21) 99118-6605

Estamos cientes de que em todas as fases há atividades a serem realizadas in loco (nas unidades) e que demandarão custos com viagens, hospedagem, alimentação e outros decorrentes da movimentação dos profissionais.

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2023

Assinado de forma digital por CARLOS ALBERTO GONCALVES AFFONSO: [Redacted]
Dados: 2023.08.24 15:56:36 -03'00'

Representante Legal

ANA CAROLINA BARBOSA DA SILVA: [Redacted]
Assinado de forma digital por ANA CAROLINA BARBOSA DA SILVA: [Redacted]
Dados: 2023.08.24 16:01:56 -03'00'

Representante Legal

28.712.123/0001-74

Módulo Security Solutions - Em Recuperação Judicial

Rua Quinze de Novembro, nº 106, Sala 309, Centro, Niterói/RJ
CEP: 24020-125



www.modulo.com.br
atendimento@modulo.com.br
whatsapp: (21) 99118-6605